

# O PAPEL CAMPONÊS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA COM OS AGROFLORESTEIROS DO PDS MARIO LAGO EM RIBEIRÃO PRETO-SP

Tiago Egídio Avanço Cubas<sup>1</sup>

A produção de alimentos no Brasil pode ser considerada uma produção de resistência porque se realiza numa lógica contrária a *commoditização* da economia, lógica de resistência que se faz no abastecimento das demandas internas, especialmente na soberania alimentar. Em trabalhos anteriores foi percebido que o discurso hegemônico do agronegócio se realiza pela homogeneização da agricultura capitalista em latifúndio e agricultura familiar, que em primeiro lugar escamoteia o lugar do camponês e o lugar do agronegócio na produção de alimentos para o país, e em segundo lugar que oculta a face camponesa do trabalho familiar e a mobilização de movimentos sociais que vai além da disputa por terra ou por políticas públicas. Nosso objetivo é partir dos dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006 para posicionar os papéis do latifúndio e do campesinato no agrário brasileiro, e depois, evocaremos uma experiência de vivência com agrofloreiros que tem produzido de modo agroecológico, com fartura e qualidade, construindo um mercado alternativo a partir de Ribeirão Preto-SP. Por isso começaremos com a premissa deste trabalho na desconstrução de mitos, levantando verdades, a respeito do papel protagonista das propriedades camponesas na produção de alimentos, na manutenção dos trabalhadores no campo e no valor agregado por tipos de produção contrastado com o papel rentista do latifúndio no Brasil neste século XXI. Depois disto, veremos a necessidade do debate da reforma agrária urgente e assim a experiência em processo de concretização em redes de solidariedade do PDS Mario Lago em Ribeirão Preto. Experiência essa que foi tangível num processo de vivência de campo com as famílias agrofloreiras acessando os relatos de observação participante.

**Palavras-chave:** Campesinato X Latifúndio; Reforma Agrária; Agroecologia-Agrofloresta; Brasil-São Paulo.

## INTRODUÇÃO

Percebemos em trabalhos anteriores que o agronegócio se esconde por trás do discurso hegemônico e homogeneizador da imprensa corporativa, onde modernização e progresso escondem atraso e barbárie (CUBAS 2012 e 2014). Quando num único pacote são colocados toda a produção brasileira agropecuária como produção do agronegócio, como cadeia produtiva, isso fragiliza a luta camponesa, porque oculta por trás da aparente produtividade, a ineficiência e irracionalidade rentista do capitalismo no campo, além da produção camponesa.

O problema agrário brasileiro, histórico, para Oliveira (2003 e 2007) pode ser desvelado pelo lugar do agronegócio e lugar do campesinato. A repressão ao campesinato organizado é a barbárie e a expressão profunda da irracionalidade rentista, onde se coloca a terra para negócio, a terra para especular, ao invés, do seu cumprimento essencial em sua função social, a terra para trabalhar, e a terra para quem trabalha. “Portanto, a concentração da terra não é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a irracionalidade do método que retira capital do processo produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela PPGG (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da FCT-UNESP. Doutorando pelo mesmo programa de pós-graduação.

Retira-se o capital do processo produtivo, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários, preferem um investimento “seguro” para que possam manter a terra (mantê-la cativa), como poder de barganha, como reserva de valor, especulando com algo que não lhes pertence. Porque ninguém pode ser proprietário da terra, porque ela é não produzida por mãos humanas.

Nessa perspectiva começamos este artigo esboçando o lugar do agronegócio que em essência continua a ser latifúndio, e o lugar do campesinato que reproduz-se dialeticamente ao modo de produção capitalista. A partir disso, será exposta nossa experiência com os agrofloresteiros de Ribeirão Preto, no assentamento PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Fazenda da Barra onde espacializa-se o Mario Lago<sup>2</sup>, que fazem agroecologia, acessos alternativos ao mercado e produção com fartura e sem agrotóxicos, criando a partir disso uma rede de solidariedade no estado de São Paulo que vivencia SAFs (Sistemas Agroflorestais). Vamos então quebrar mitos e desvelar verdades.

## **A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: MITOS E VERDADES SOBRE O CAMPESINATO**

### **A irracionalidade rentista no campo brasileiro: mitos e verdades**

#### *Estrutura fundiária concentrada*

Como lembra Fernandes (2006), a expressão “agronegócio” tem servido como saída linguística para escapar ao debate necessário sobre o latifúndio produtivo e, nessas condições, tão passível de desapropriação quanto o improdutivo. Martins (1995) já advertira que o conceito de latifúndio é prenhe da luta política que o incluiu no léxico brasileiro pelo enfrentamento do campesinato, o outro conceito político forjado na luta de classes que o Estado brasileiro tratou de suprimir. (PAULINO, 2011, p. 68).

O aumento produtivo se deu em vias de fato pela modernização conservadora, uma alta tecnificação que não resolvia problema algum que não fosse o do discurso da produtividade e da reprimarização da economia. “o aumento do potencial produtivo médio decorreu da tecnificação alavancada em meados da década de 1970, momento em que foram captados os índices desde então inalterados.” (PAULINO, 2011, p. 70).

A concentração fundiária e a manutenção do *status quo* são indicativos evidentes de uma questão agrária estrutural fomentada a partir de uma classe específica que ganha na correlação de forças no poder público, os ruralistas. Paulino (2011) nos orienta para a origem os desdobramentos desse processo, o capitalismo rentista, a terra como reserva de valor e poder de controle (monopólio), uma aliança entre capital e terra que reflete no processo de concentração fundiária para além da produtividade.

A produtividade, em verdade, esvazia o debate conceitual da reforma agrária tão necessário ainda hoje, isso para Oliveira (2003) é expressão de mitos hegemônicos sobre o agronegócio-latifúndio e verdades ocultadas sobre o campesinato. Por isso, inspirado em seu trabalho que reflete a barbárie e modernidade do agronegócio no Brasil, trazemos os quadros seguintes baseado nas suas premissas para divisão em hectares (por grupos de área) da pequena, média e grande propriedade. É importante sempre lembrar “dado bom é o dado que existe”. Segue o Quadro 1, veja:

---

<sup>2</sup> Obtenção da área em 2004 no primeiro governo Lula, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e criado em 2007, no segundo governo Lula. É um PDS pois está em área de recarga do Aquífero Guarani e circunscreve as margens do Rio Pardo.

**Quadro 1. Estrutura fundiária do Brasil por grupos de área (hectares) em 2006**

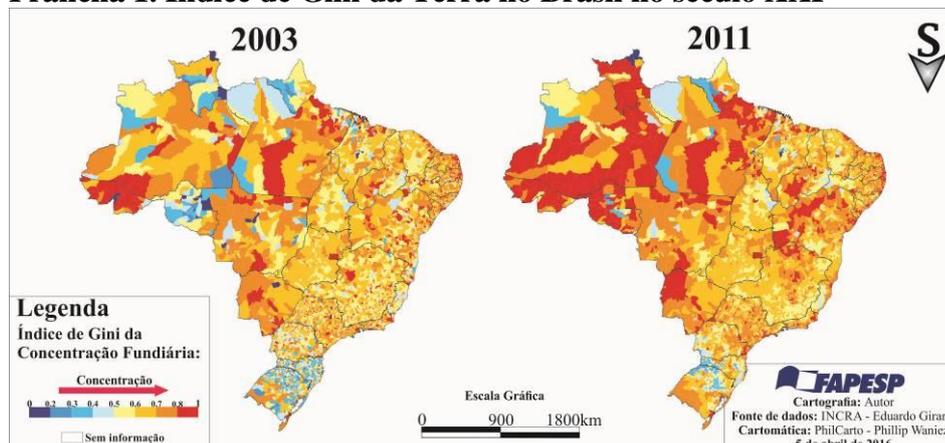
Grupos de área (hectares)		imóveis	% imóveis	área imóveis (hec)	% imóveis	Média de área
pequena	<i>menos de 50</i>	4057774	82,46	44208920	13,39	10,89487
	<i>50 a menos de 100</i>	390874	7,94	26482780	8,02	67,75273
	<i>100 a menos de 200</i>	220255	4,47	29342738	8,89	133,2217
	<b>Total pequena</b>	<b>4668903</b>	<b>94,88</b>	<b>100034438</b>	<b>30,31</b>	<b>21,42568</b>
média	<i>200 a menos de 500</i>	150859	3,06	46395555	14,06	307,5425
	<b>Total média</b>	<b>150859</b>	<b>3,06</b>	<b>46395555</b>	<b>14,06</b>	<b>307,5425</b>
grande	<i>500 a menos de 1000</i>	53792	1,09	36958185	11,20	687,0573
	<i>de 1000 em diante</i>	46911	0,95	146553218	44,41	3124,069
	<b>Total Grande</b>	<b>100703</b>	<b>2,04</b>	<b>183511403</b>	<b>55,61</b>	<b>1822,303</b>
<b>Total</b>		<b>4920465</b>	<b>100</b>	<b>329941396</b>	<b>100</b>	<b>67,05492</b>

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006. **Org.** Tiago Cubas. (produzido em maio de 2012).

Este quadro elenca a estrutura fundiária brasileira, e reitera o que Oliveira (2007, p. 127) asseverou, “o Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”. 94,88% da quantidade de imóveis estão nas mãos dos pequenos, que controlam até 200 hectares, se for somado ainda os médios, temos quase 98% das pessoas responsáveis pela permanência no campo, entre pequenos e médios, até 500 hectares. 2,04% de imóveis que ficam em quantidade de proprietários nas mãos dos grandes proprietários (os latifundiários). Aí temos a inversão quanto a quantidade de áreas em hectares nas mãos destes produtores. Sob o domínio de 94,88% dos pequenos produtores do campo estão em 30,31% das áreas em hectares, sob 3,06% dos médios produtores estão 14,06% das áreas, e sob as mãos de apenas 2,04% estão 55,61% com média de 1822,303 hectares por produtor.

Ou seja, a conclusão óbvia é uma estrutura fundiária intensamente concentrada nas mãos dos latifundiários. Isso gerou historicamente uma pressão sobre estes pequenos e médios (especialmente os pequenos) em entregar-se a lógica dos grandes pois detém a maior parte da quantidade das terras e assim do domínio e do lobby mediante Congresso Nacional.

A correlação de forças é favorável para expansão da maneira de se reproduzir a sociedade do agronegócio-latifúndio no Brasil, e a Prancha 1 que aborda o índice de Gini da Terra, nos auxilia a ter compreensão mais elucidativa e profunda sobre essa realidade.

**Prancha 1. Índice de Gini da Terra no Brasil no século XXI**

Entre 2003 e 2011, de modo mais tangível a concentração é visível nos estados da região Centro-Oeste e Norte pelo tamanho das áreas dos municípios. Isso reafirma o que pode ser visto nos dados, dos 5564 municípios brasileiros cadastrados e com informações do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 3098 municípios (55,68%) apontaram concentração fundiária e 2466 municípios (44,32%) apontaram desconcentração. Dos 26 estados e 1 federação, tivemos 22 estados e 1 federação que apontaram concentração fundiária nos seus municípios, e 4 estados que apontaram desconcentração. Os quatro estados que apresentaram maiores índices de desconcentração foram: Sergipe (56,00% dos municípios), Rio de Janeiro (55,43% dos municípios), Alagoas (53,92% dos municípios) e Mato Grosso do Sul (52,56% dos municípios).

Os dez estados com maiores índices de concentração de terras foram (entre 2003 e 2011): Roraima (93,33% dos municípios), Rondônia (90,38% dos municípios), Amapá (87,50% dos municípios), Amazonas (80,65% dos municípios), Acre (77,27 dos municípios), Mato Grosso (76,60% dos municípios), Pará (75,52% dos municípios), Tocantins (64,75% dos municípios), Goiás (59,76% dos municípios) e Piauí (58,74% dos municípios). São sete estados da região Norte, dois estados da região Centro-Oeste e um estado da região Nordeste.

#### *As pequenas unidades camponesas geram mais empregos no campo*

A ineficiência do rentismo no Brasil é evidente também no pessoal ocupado no campo exposto no Quadro 2. Ou seja, além de concentrar intensamente as terras não fornecem espaço para emprego e manutenção das pessoas no campo, não geram riquezas para a população, geram riquezas para si próprios que não são redistribuídas para a sociedade.

**Quadro 2. Brasil por grupos de área por pessoal ocupado no campo de 1995 a 2006**

Grupos de área (hectares)		1995	1995%	2006	2006%
pequena	<i>menos de 50</i>	12772161	71,40	11672812	73,45
	<i>50 a menos de 100</i>	1678601	9,38	1399108	8,80
	<i>100 a menos de 200</i>	1197018	6,69	901121	5,67
	<b><i>Total pequena</i></b>	<b>15647780</b>	<b>87,48</b>	<b>13973041</b>	<b>87,92</b>
média	<i>200 a menos de 500</i>	1007832	5,63	785544	4,94
	<b><i>Total média</i></b>	<b>1007832</b>	<b>5,63</b>	<b>785544</b>	<b>4,94</b>
grande	<i>500 a menos de 1000</i>	481096	2,69	365977	2,30
	<i>de 1000 em diante</i>	751002	4,20	768247	4,83
	<b><i>Total Grande</i></b>	<b>1232098</b>	<b>6,89</b>	<b>1134224</b>	<b>7,14</b>
<b>Total</b>		<b>17887710</b>	<b>100</b>	<b>15892809</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006. **Org.** Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

Podemos aferir que os pequenos e médios produtores são responsáveis, numa comparação entre 1995 e 2006, por mais de 92% da população que está empregada e ativa no campo. Mesmo a pequena e média propriedade, respectivamente uma média em hectares de 21,42 hectares e 307,54 hectares, com menos de 45% das terras mantém no campo 92,86% da população ativa economicamente no campo brasileiro. Isso é realmente relevante quando comparamos com o latifúndio que detém 55,61% das terras, mas emprega 7,14% apenas. O binômio agronegócio/latifúndio se torna relevante para pensarmos também, que na conta da

cadeia produtiva no próprio discurso da Frente do Agronegócio, os números são enganosos pois colocam na conta total a população camponesa brasileira que estão massivamente dentro das pequenas propriedades e mantém as famílias no campo.

A eficiência da propriedade camponesa, que trata de agricultura familiar, quando comparada ao latifúndio, torna o agronegócio ineficiente do ponto de vista da manutenção do povo do campo, isto sabendo que o êxodo rural é um problema profundo que incha as áreas urbanas e forma assimetrias territoriais que marginalizam e excluem, além de diversas outras violências socioambientais.

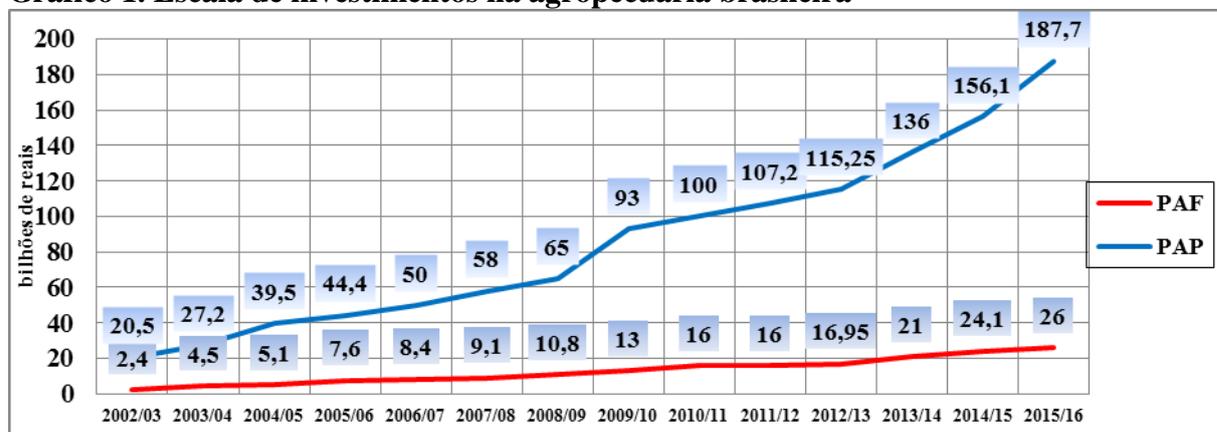
### *A hegemonia e a ineficiência do agronegócio/latifúndio nas políticas públicas*

A geógrafa, Denise Elias (2011) explicita a hegemonização do espaço e do tempo no agronegócio, que tem alguns processos associados inerentes a difusão dos processos globalizantes. Estes processos se caracterizam como: intensa substituição de sistemas técnicos agrícolas, com alta densidade de capital e mecanização, também a significativa mudança nas formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com forte substituição da produção de alimentos por *commodities*, difundindo a especialização produtiva. Isso reflete em processos que refuncionalizam o espaço rural e criam o embate cultural e ideológico entre os povos tradicionais do campo e os pequenos produtores com este sistema que privilegia a produção de mercadoria e da exportação em detrimento dos saberes e fazeres historicamente constituídos, além de privatizar e “hegemonizar” o acesso a terra e a água (ELIAS, 2011). Afinal para Marx: “Uma coisa para ser vendida basta que seja suscetível de monopólio e alienável” (1974 [1894]. p. 727).

Isso acarreta a expulsão dos povos do campo e o inchamento das cidades desmobilizando as pessoas às lutas sociais pela criação do fetiche do não pertencimento da sociedade com as mazelas do campo e dos camponeses. Elias (2011) conclui: “Tudo isso nos leva a dizer que as próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo estão soldando a união contraditória que separou no início da sua expansão: a indústria e a agricultura, a cidade e o campo” (p. 160).

Uma realidade nítida dos espaços hegemonizados é o sistema do agronegócio, que tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da aparência moderna o desenvolvimento desigual e contraditório do capital. Vejamos o Gráfico 1 que expressa os investimentos na agricultura familiar e capitalista.

**Gráfico 1. Escala de investimentos na agropecuária brasileira**

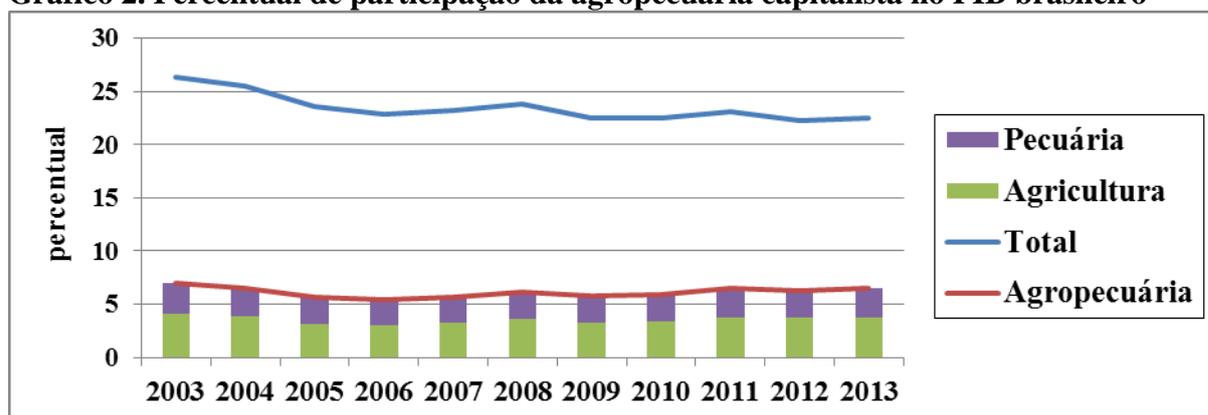


**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Org.** Tiago Cubas.

Essas duas lógicas produzem territórios distintos com paisagens e territorialidades distintas. O Gráfico 1 comparativo entre os investimentos para o Plano Safra da Agricultura Familiar (PAF) e o Plano Safra da Agricultura e Pecuária capitalista (PAP) traz elementos que possibilitam embasar essa análise. Dos planos de 2002/03 para os planos de 2015/16 tanto no PAF como PAP obteve um aumento nos recursos direcionados para agricultura familiar ou camponesa e para agricultura capitalista. A divergência que se pode apontar ao interpretar os dados é que o aumento foi muito maior para os investimentos voltados para o latifúndio. De 2002/03 para 2015/16 o PAP aumentou seus investimentos cerca de R\$ 167 bilhões, e o PAF aumentou cerca de R\$ 23 bilhões. Coincidentemente, o maior “derrame” de investimentos públicos destinados ao agronegócio se fez Kátia Abreu como ministra (MAPA), em mais de 30 bilhões de 2014/15 para 2015/16.

A diferença dos montantes absolutos revela os objetivos das alianças para governabilidade, a agropecuária além de ocultar a eficiência da pequena propriedade em volume de produção (especialmente de alimentos), pessoal ocupado no campo com menos terras, quando contabilizada em todo um pacote também é injustificável quanto a sua capacidade de geração de PIB primário. O Gráfico 2 mostra a linha do tempo entre o total do PIB da agropecuária capitalista e, separadamente, o setor primário (Total).

**Gráfico 2. Percentual de participação da agropecuária capitalista no PIB brasileiro**



Fonte: Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), 2015. Org. Tiago Cubas

Esses investimentos são relevantes para o modelo de sociedade baseado na grande propriedade, na concentração de renda e poder. Agronegócio, como conceito, apartado da ideia de latifúndio acaba por escamotear o que é a ineficiência produtiva da agropecuária capitalista que em 2003 respondeu por 6,94% e em 2013 por 6,61% do PIB nacional, segundo o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Se formos ainda dividir essa participação entre agricultura e pecuária: em 2003 dos 6,91% 4,14% era relativo a agricultura e 2,77% relativo a pecuária; já em 2013, dos 6,61%, 3,90% se referia a agricultura, e o restante, 2,71% à pecuária.

Mesmo no período considerado o boom do agronegócio brasileiro, entre 2003 e 2007 tivemos uma diminuição na participação percentual no PIB total do país, a quantidade absoluta aumentada na produção não significou mais reservas financeiras ao país, já que foram de aproximadamente 27% em 2003 para 24% em 2007, depois esse percentual voltou a cair até 2013 quando bateu em 22% aproximadamente. Quer dizer, o discurso da cadeia produtiva que envolve insumos, indústria e distribuição, oculta a ineficiência de produção no setor primário, a produtividade é a expressão de um discurso vazio de números que não são analisados separadamente. De 2003 a 2013, segundo os dados CEPEA, esse modelo agropecuário vem explicitando um decréscimo de participação no PIB com uma margem percentual incoerente com o grau de investimento alocado para este setor.

*Os pequenos produtores camponeses produzem com mais diversidade, valor agregado e volume*

O Quadro 3 ainda nos fornecerá mais um elemento sobre a realidade do agronegócio/latifúndio e da agricultura camponesa.

**Quadro 3. Brasil por grupos de área (hectares) em alguns tipos de produção em 2006**

Grupos de área (hectares)	Lav. Temp.	% L. T.	Lav. Perm.	% L. P.	Pastagem	% P.	
P E Q U E N A	<i>menos de 50</i>	14084315	18,82	4857108	27,86	50073207	31,29
	<i>50 a menos de 100</i>	6321366	8,45	2481742	14,24	4203827	2,63
	<i>100 a menos de 200</i>	6264217	8,37	2319047	13,30	3629049	2,27
	<b>Total pequena</b>	<b>26669898</b>	<b>35,63</b>	<b>9657897</b>	<b>55,40</b>	<b>57906083</b>	<b>36,18</b>
M É D I A	<i>200 a menos de 500</i>	9305811	12,43	3197271	18,34	3895115	2,43
	<b>Total média</b>	<b>9305811</b>	<b>12,43</b>	<b>3197271</b>	<b>18,34</b>	<b>3895115</b>	<b>2,43</b>
G R A N D E	<i>500 a menos de 1000</i>	7257523	9,70	1423152	8,16	93112651	58,18
	<i>de 1000 em diante</i>	31612615	42,24	3155321	18,10	5128214	3,20
	<b>Total Grande</b>	<b>38870138</b>	<b>51,93</b>	<b>4578473</b>	<b>26,26</b>	<b>98240865</b>	<b>61,38</b>
<b>Total</b>	<b>74845847</b>	<b>100</b>	<b>17433641</b>	<b>100</b>	<b>160042063</b>	<b>100</b>	

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. Org. Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

Em síntese, as pequenas unidades produzem mais volume de produção com mais gente envolvida no processo, isso é que nos apontam os três quadros subsequentes apresentados. As pequenas propriedades, com 30,31% da área total produz 35,63% da produção de lavoura temporária, sabendo que a massiva produção de cana está nas áreas médias, até 500 hectares, e o que elevam os números dos agronegócio/latifúndio está na produção da soja. Esses mesmos 30,31% das terras dos pequenos produzem 55,40% da produção de lavoura permanente, ou seja, mais da metade da produção de alimentos, como arroz, feijão, mandioca e milho ficam nas mãos dos camponeses em todo o Brasil, são verdadeiros territórios de resistência da produção alimentar. A criação de animais é relevante no latifúndio, e o que elevam esses números é a pecuária extensiva que reitera 59,45% da criação de animais no Brasil, isso é visto quando olhamos para o percentual de pastagem que é 61,38% nos latifúndios marcando assim o agronegócio como um grande pasto pra criação de gado bovino. O volume de produção e eficiência no emprego da pequena propriedade é comparativamente relevante frente aos latifúndios (grandes propriedades) que expressam concentração fundiária. Trocando em miúdos, o latifúndio gera a terra como terra de negócio/especulação, valor de troca, e os pequenos, ou camponeses, geram a terra como terra de trabalho, como valor de uso<sup>3</sup>.

O agronegócio não coloca a terra para trabalhar, coloca a terra para especular. A terra em grande parte é ociosa, é pasto ou ineficiente. Esse cenário centraliza nossa provocação a

<sup>3</sup> A discussão sobre terra de trabalho e terra de negócio surge no documento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1980, com o título de "Igreja e problemas da terra" (CNBB, 2013).

reflexionar sobre, a não resolvida e estrutural, questão agrária brasileira, desafiando-nos a resgatar o latifúndio improdutivo e a agricultura patronal como sinônimos “desconstrutores” da representação ideológica legitimadora do agronegócio.

O Quadro 4 nos mostra o valor de produção por grupos de área:

**Quadro 4. Brasil por grupos de área (hectares) em valor de produção (em reais) no ano de 2006**

Grupos de área (hectares)		Lav. Temp.	% L. T.	Lav. Perm.	% L. P.	Pastagem	% P.
P E Q U E N A	<i>menos de 50</i>	152848	36,43	12076928	50,29	164555	36,97
	<i>50 a menos de 100</i>	40932	9,76	3034145	12,64	68621	15,42
	<i>100 a menos de 200</i>	36796	8,77	2932377	12,21	58314	13,10
	<b>Total pequena</b>	<b>230576</b>	<b>54,96</b>	<b>18043450</b>	<b>75,14</b>	<b>291490</b>	<b>65,49</b>
M É D I A	<i>200 a menos de 500</i>	68639	16,36	2723701	11,34	65930	14,81
	<b>Total média</b>	<b>68639</b>	<b>16,36</b>	<b>2723701</b>	<b>11,34</b>	<b>65930</b>	<b>14,81</b>
G R A N D E	<i>500 a menos de 1000</i>	47037	11,21	1416109	5,90	29641	6,66
	<i>de 1000 em diante</i>	73308	17,47	1829781	7,62	58020	13,04
	<b>Total Grande</b>	<b>120345</b>	<b>28,68</b>	<b>3245890</b>	<b>13,52</b>	<b>87661</b>	<b>19,70</b>
<b>Total</b>		<b>419560</b>	<b>100</b>	<b>24013041</b>	<b>100</b>	<b>445081</b>	<b>100</b>
Grupos de área (hectares)		Silvicultura e exploração de florestas		% S. E. F.	Pesca e Aquicultura		% P. A.
P E Q U E N A	<i>menos de 50</i>	30635		56,13	4626		61,98
	<i>50 a menos de 100</i>	6837		12,53	1028		13,77
	<i>100 a menos de 200</i>	6635		12,16	451		6,04
	<b>Total pequena</b>	<b>44107</b>		<b>80,81</b>	<b>6105</b>		<b>81,79</b>
M É D I A	<i>200 a menos de 500</i>	3342		6,12	960		12,86
	<b>Total média</b>	<b>3342</b>		<b>6,12</b>	<b>960</b>		<b>12,86</b>
G R A N D E	<i>500 a menos de 1000</i>	519		0,95	215		2,88
	<i>de 1000 em diante</i>	6612		12,11	184		2,47
	<b>Total Grande</b>	<b>7131</b>		<b>13,07</b>	<b>399</b>		<b>5,35</b>
<b>Total</b>		<b>54580</b>		<b>100</b>	<b>7464</b>		<b>100</b>

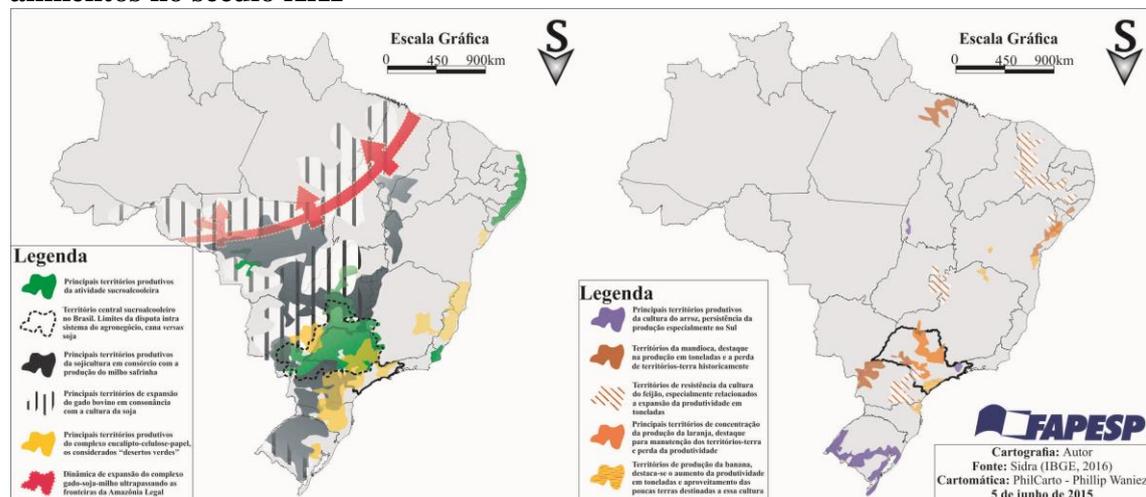
Fonte: Censo Agropecuário de 2006. Org. Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

O valor de produção gerado a partir das pequenas unidades é proporcionalmente muito maior que o das grandes propriedades, ou seja, a propriedade camponesa é muito mais eficiente em gerar renda fundiária e valor agregado ao produto a partir do trabalho familiar do que a partir expropriação do trabalhador do campo. Nas lavouras temporárias (principais cultivos: soja, cana, milho, feijão, arroz e mandioca) a pequena propriedade, camponeses, geraram em 2006, 54,96% do valor total de produção do campo brasileiro, enquanto os médios proprietários geraram 16,36% e os latifúndios 28,68%. Em relação a lavoura permanente (principais cultivos: laranja e banana), os pequenos proprietários, camponeses, geraram neste mesmo ano, 75,14% do total do valor de produção, os médios geraram 11,34% e os latifúndios 13,52%. Com relação as pastagens, os pequenos geraram 65,49%, os médios 14,81% e os grandes 19,70%. Com relação ao valor gerado a partir da silvicultura e exploração de florestas (extrativismo) os pequenos proprietários contribuíram com 80,81% do valor total, os médios com 6,12% e os latifúndios com 13,07%. No que se refere aos números da pesca e aquicultura, 81,79% do total do valor foi gerado pelos pequenos produtores camponeses, 12,86% pelos médios e 5,35% pelos latifundiários. A riqueza gerada a partir da pequena propriedade de modo geral margeia 70% do total da produção (em valor total da produção).

Sabendo, pela aparência do “novo” e “moderno”, a partir de nossos trabalhos, que a tendência do agronegócio como cadeia produtiva é fragmentar os discursos contrários e homogeneizar camponeses e latifundiários num único quadro agrário, o binômio agronegócio/latifúndio é a crítica a “sociedade do agronegócio” fundada na concentração e especulação da terra, ou seja, a crítica baseada na sua irracionalidade e ineficiência.

Assim, a Prancha 2 é a caracterização modelar da situação do campo brasileiro, em vias de expansão do sistema do agronegócio e as disputas intra-sistema e também as áreas de produção de fruticultura e resistência (de certo modo) das culturas do arroz e do feijão. Esta prancha é autoexplicativa, e reveladora não somente de disputas intra, mas de coalizações e estratégias de desterritorialização da agricultura camponesa na sistemática de “colonização” agropecuária representada na *commoditização* dos modos de vida, em vias dos territórios “tradicionais” aos “novos” territórios do agronegócio, numa territorialização complementar desse modelo de desenvolvimento.

## Prancha 2. Conflito entre a commoditização da economia e a produção de alimentos no século XXI



Marx (1974 [1894], p. 709) diz que a lógica capitalista de produção desenvolveu a capacidade de colocar a agricultura para produzir em escala social. “São grandes os méritos do modo capitalista de produção, o ter racionalizado a agricultura, capacitando-a pela

primeira vez para ser explorada em escala social, e o ter posto em evidência o absurdo da propriedade fundiária”. No entanto não é isso que acontece, a terra não é explorada em escala social porque o latifúndio ainda é a parte ineficiente desse sistema, que é chamado pelo patronato de cadeia produtiva, escondendo a grande parte da produtividade dentro das pequenas e médias propriedades, especialmente das pequenas. A produção em escala social não é produção somente de crescimento econômico, mas uma produção que vise desenvolvimento do mercado interno e das demandas internas, a soberania alimentar.

### **A questão da terra: o rentismo**

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la (OLIVEIRA, p. 66).

A concentração de terra então não produz capital, ela o imobiliza na forma de propriedade, retirando, segundo Oliveira (2007), este capital do processo produtivo, isto é irracionalidade, isto é especulação. Em essência a terra não gera lucro e sim renda porque ela não está sujeita, segundo Marx (1974 [1894]), as leis do capital, porque ela não produzida pela relação social. A terra nesse contexto não é mero substrato de relações, é a apropriação dos seres para os seus devidos fins tendo em vista sua inscrição no meio e sua visão de mundo. A terra se torna então falsamente uma mercadoria e contradição suprema entre a função social da terra e a especulação tornando-a um bem.

Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, **renda capitalizada da terra** e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em **renda capitalizada da terra**, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. É o exemplo das terras sem nenhuma aplicação de capital, e mesmo daquelas que ainda não foram desbravadas e, no entanto, têm um preço. (OLIVEIRA, 2007, p. 63, grifo do autor).

É em grande parte, por esses motivos, que existem ainda grandes áreas nas mãos de bancos. Terras que passaram aos bancos por dívidas e servem a estes bancos como capital financeiro, pura especulação baseada na capitalização da renda terra. São áreas que pela função social da terra deveriam ter sido redirecionadas há muito tempo para fins de reforma agrária. Oliveira (2007) diz que podemos dar nome a esse processo como “reserva de valor” ou “reserva patrimonial”. Isso é um investimento seguro que não se desvaloriza. Este processo é irracional por duas maneiras: “propriedade privada da terra, tem um caráter irracional no processo capitalista de produção, pois, como se viu anteriormente, a terra mesmo sem produzir "valoriza-se". [...] aquele que obriga um detentor de capital, para colocá-lo para produzir em termos capitalistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 64), ou imobiliza o capital pagando de

um vez toda a renda da terra na compra a quem vendeu, ou arrenda terras para produzir pagando renda da terra ao proprietário.

Entra em questão a reforma agrária como processo possível não para romper com o capital, mas pra justifica-lo em uma racionalidade. A reforma agrária não pode ser entendida como solução para essas contradições, mas provavelmente como uma solução necessária ao capital para um próximo passo da sociedade organizada. Ela é segundo Oliveira (2007, p. 68): “Paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista de produção como um todo do que a da agricultura em particular. Porque, no fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção”. A reforma agrária ataca o centro do poder no Brasil e não o centro do capitalismo.

A reforma agrária não altera a essência desse modo de produzir, e sim tenta remover esta irracionalidade que a propriedade da terra exerce na produção agrícola, impedindo-a, muitas vezes, de produzir. Nem mesmo a nacionalização conseguiria eliminar integralmente todas as formas de renda (OLIVEIRA, 2007, p. 65).

Por isso a concentração de terra é irracional ao modo de produção capitalismo e o binômio agronegócio-latifúndio está no bojo desta contradição que esmaga o pleno desenvolvimento do capitalismo no país. A função social da terra reforça uma entrega das terras aos pequenos e médios produtores pois são eles que se colocam no centro da discussão quanto a produção, produtividade e geração de valor sem especulação da terra. Quando se fala de renda da terra também se coloca em pauta a função social da terra e sua propriedade privada da terra. Qual o sentido então de uma legislação que permita grandes extensões de terra, muito maiores do que o próprio EUA permitiram durante toda sua história?! Diz Oliveira (2007); “No Brasil, as únicas limitações que existiram em termos legais para a aquisição de terras públicas através de processos licitatórios, foi o limite de 10.000 hectares estipulado pela Constituição de 1946, diminuído em 1967 para 3.000 hectares, e para 2500 hectares em 1988” (p. 70), de modo que isso representa entre 1946 e 1967, 154 vezes maior que a concessão de terras dos EUA, de 1967 a 1988, 46 vezes maior, e de 1988 em diante, 34 vezes maior (OLIVEIRA, 2007).

Não há racionalidade a não ser que a própria fração de classe, que hoje denominamos ruralistas, na mesa de negócios da constituição de 1988 tenha logrado essa vitória política que se desdobra em derrota social e econômica ao país.

Em suma, enquanto os capitalistas numa classe, ou fração dela, puderem tirar um ganho excedente por parte da renda da terra, a produção será secundarizada. O privilégio da terra será também o controle dos ganhos passivos com a especulação. Marighella (1958) já havia apontado o caminho da desestruturação deste modelo rentista, que só seria possível através de uma profunda “modificação nas relações de produção, só possível com a quebra do monopólio da terra” (p. 10).

## **SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA (AGROFLORESTA) E REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO MARIO LAGO**

### **Dia emblemático e a escolha do Mario Lago a partir do Centro Sócio-Agrícola “Dom Heldér Câmara”**

A quebra do monopólio da terra pela luta é um processo árduo, pesado e doloroso para as pessoas que protagonizam esta luta. Estudando desde a graduação o estado de São Paulo na disputa territorial entre campesinato e ruralistas era visível este processo, no entanto, ainda não havia encontrado a oportunidade de vislumbrar o próximo passo, a produção camponesa

agroecológica como forma não convencional de produção e como forma de proposição de um outro modelo de sociedade. Isto até o doutorado, quando pelo tempo e financiamento de pesquisa essa oportunidade, foi dada pela proposta de vivência em algumas áreas estratégicas de reforma agrária do estado somada a agroecologia. Vislumbrando “a agroecologia, como nós a compreendemos, dispõe dos conhecimentos pra superar a monocultura e quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 37).

Dentre o processo de campo, acessando observação participante e a história oral, fiz um processo de vivência no PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Fazenda da Barra em Ribeirão Preto, onde coexistem três assentamentos dentro de um assentamento oficial. São eles: o Mario Lago (assentamento do MST – Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-terra), o Santo Dias (assentamento do MLST – Movimento de Libertação Sem-terra) e o Índio Galdino (assentamento independente). São 264 famílias do MST, 160 famílias do MLST e 40 famílias do Índio Galdino, formando três territórios distintos. A vivência aconteceu em todo mês de julho de 2015 de modo específico no assentamento Mario Lago, no entanto, são áreas limítrofes que se misturam e somente são compreendidas a partir de tempos no lugar.

Essa breve introdução é necessária, porque o dia 18 de julho foi emblemático para compreender o grau da concretização territorial em que compartilham os conceitos de soberania alimentar, agroecologia, de uma maneira específica para pequenos lotes de reforma agrária com pouco recurso; ali conheci o trabalho dos agrofloreteiros ernestistas Nelson Correia, a quem depois entrevistaria e Namastê Messerdshmidt, com quem faria um período de vivência em outro assentamento no Vale do Ribeira (PDS Luis David Macedo em Apiaí – SP). Nelson Correia é o pioneiro do Projeto da CooperaFloresta em Barra do Turvo com famílias marginalizadas de pequenos produtores, foi implantado com sucesso o projeto agroecológico de agroflorestas (SAFs – Sistemas Agroflorestais) que deu origem, quase que por coincidência a experiência do Mario Lago como a primeira no estado de São Paulo nesse sistema para reforma agrária. Recentemente Nelson Correia e Namastê Messerdshmidt passaram a integrar o quadro de Produção do MST para expandir a rede de solidariedade<sup>4</sup> de agroflorestas pelo estado.

Segue um pequeno trecho do meu diário de campo que nos fizeram estabelecer essa experiência como forma já concretizada de projeto e não meramente como experimento:

Hoje, 18 de julho, as redes de solidariedade e resistência se materializaram em um único espaço. Sem a vivência de campo não saberia como e nem por onde projetar uma análise de relações tão profundas e complexas que se dão numa comunidade de assentamento. Depois de dez dias de reconhecimento e mais seis dias de vivência posso compreender um pouco mais sobre a potencialidade do Mario Lago no que se refere ao debate da questão agrária brasileira e especificamente a paulista. Pela manhã e tarde tivemos um encontro no Centro Sócio-Agrícola, na sede do Mario e lá estavam juntos os setores de Produção, de Formação e de Direção do MST pensando o presente e futura da qualificação da luta, ali estavam: 1) a formação/consolidação da base dos acampamentos como forma de articular com vistas ao contexto estadual da crise sucroalcooleira e formação de uma base de militantes e de contingente de massa disposto a entrar na briga por terras, 2) a direção regional, estadual e nacional na regional de Ribeirão Preto que faz essa ligação regional-nacional, alinhada ao projeto e agenda de consolidação dos processos de lutas e *links* com outras áreas do Brasil; e 3) a produção agroecológica

<sup>4</sup> O Projeto Agroflorestar II em fase de implantação está em Ribeirão Preto (PDS Mario Lago), Apiaí (PDS Prof. Luiz David de Macedo), Itapeva (PA Fazenda Pirituba II – Agrovilas I, IV, V e VI), Iaras (PA Zumbi dos Palmares), Promissão (PA Fazenda Reunidas) e Gália (PA Luiz Beltrame).

através do projeto SAF, com três bases de fomento (Petrobras, Funbio e Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo), que é responsável por colocar nos trilhos a resistência camponesa não só como sobrevivência, mas como capacidade existencial de modo de vida. (DIÁRIO DE CAMPO, 18 de julho de 2015).

No Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” foi materializado, naqueles dias, pelos diferentes processos de resistência, em organicidade e estratégia, e a partir disso ficou explícita qualificação desse enfrentamento de classe junto aos modo de vida camponês. O Centro de Formação expressou o símbolo de transformação social, a Sede da antiga Fazenda da Barra onde moravam alguns empregados na lógica de exploração do agronegócio da cana-de-açúcar, naquele momento irradiava esperança de luta no entrelaçamento tão complexo, simbólico e emblemático da formação de novos militantes (renovação da luta), amadurecimento e resolução dos territórios concretizados pela luta (continuidade), e ainda a maturação do projeto agroecológico e agroflorestal (concretização de um novo modelo de sociedade) que através das referências de lideranças fundamentais nesse contexto tem constituído um território diferenciado, outro modelo de relações humanas.

Podemos ver na Figura 1 a mística da manhã com participação da militância da formação, produção e direção, o prédio onde acontecia a reunião da direção, o barracão de lavagem e beneficiamento da produção e rodas de conversa com temas de debate para os acampados que já integram mutirões de implantação dos projetos de Agrofloresta.

**Figura 1. Momento emblemático da vivência: Formação, Direção e Produção**



**Crédito:** Tiago Cubas.

Assim, as lutas sociais por terra colocam historicamente em pauta os movimentos sociais, não somente pelo acesso a terra em si, mas pela racionalidade que a reforma agrária não é uma mera saída a esquerda, mas como Oliveira afirma: “uma saída para o futuro” (2007, p. 140).

A reforma agrária não altera a essência desse modo de produzir, e sim tenta remover esta irracionalidade que a propriedade da terra exerce na produção agrícola, impedindo-a, muitas vezes, de produzir. Nem mesmo a nacionalização conseguiria eliminar integralmente todas as formas de renda (OLIVEIRA, 2007, p. 65).

O privilégio da terra também é o controle dos ganhos passivos com a especulação nesse cenário de manutenção da hegemonia do latifúndio. O primeiro passo para desestruturação do rentismo é uma profunda transformação nas relações de produção a partir da quebra do monopólio da terra, são significativas as conquistas das lutas sociais, especialmente através de movimentos ligados a Via Campesina, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra).

Assim, o exemplo do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Fazenda da Barra, no assentamento Mario Lago, é um exemplo profundo da transformação social que une soberania alimentar, agrofloresta e reforma agrária. O que é mais emblemático é que este

assentamento está no coração do agronegócio sucroalcooleiro, a cidade de Ribeirão Preto (antiga propagandeada “Califórnia Brasileira”), e promove nessas contradições a produção camponesa de alimentos, sem agrotóxico e farta, considerando mercados alternativos como o PAA e circuitos de Cestas Agroflorestais com alimentos agroecológicos.

### **Agroecologia e a proposta da Agrofloresta Ernestista**

A agroecologia é antes de qualquer coisa um modo de vida baseado na valorização simbólica e cultural da produção alimentar pela família no campo, nas suas mais diversas facetas. Assim, junto com a ineficiência do agronegócio/latifúndio, surge a brecha para pensar modos ecológicos e também rentáveis de produção, ou seja, produção com qualidade e com fatura por meio das pequenas propriedades que já são a base de produção alimentar brasileira. Métodos de produção sustentáveis e ecologicamente corretos estão no interior de um movimento de soberania alimentar que tem suscitado um interesse crescente em agroecologia. Isso se deve a abordagem multifuncional para produção de alimentos, que incorpora prestação sustento, conservação da biodiversidade e do ecossistema e do bem estar da comunidade.

Com base na teoria da relação inversa entre o tamanho da propriedade e a produção agrícola total (Altieri 2009, 2010; Ishii-Eiteman 2009; Rosset 2008, 2009a), os proponentes da pequena escala no modelo de produção agroecológica de alimentos argumentam que a diversidade, aproveitamento social e ecológico pode levar a uma maior produtividade e resistência a vulnerabilidade social-ecológica e às mudanças climáticas. (WITTMAN, 2011, p. 95)<sup>5</sup>.

A agroecologia é a proposta plausível a uma profunda quebra no monopólio da terra, por estar em sua essência inversão multifuncional e prioritariamente camponesa, da diminuição das áreas e aumento da produção de modo equilibrado e sem agrotóxicos, favorecendo a soberania alimentar.

Para quebrar o monopólio e manter-se refém do modo de produção capitalista a agroecologia surge como plausível, mas para a quebra do monopólio da terra e da captação do lucro excedente dos camponeses por meio do monopólio da circulação, a Agrofloresta Ernestista se coloca como possibilidade.

A primeira experiência<sup>6</sup> com pequenos produtores em cooperação foi realizada, com maior destaque, no Vale do Ribeira, em Barra do Turvo, por meio da Coopera Floresta. O projeto desenvolvido foi um edital da Petrobras Ambiental que se chamou “Agroflorestar”. Por meio de alguns contatos com o MST do Paraná, Nelson também abriu a possibilidade para a visita de um grupo na qual estavam os assentados do Mario Lago, “Paraguai”, Zaqueu e Cristine (companheira de Vandeí Lima, atual referência do projeto no Mario Lago).

Esta é a definição deste tipo de manejo, e mais que isso, modo de vida segundo o manual da “Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza” é:

No processo de diálogo com o ambiente, o fazer agroflorestal não exige do mesmo um espaço diferenciado. Antes de tudo, é preciso perceber o que fazer em cada espaço diferenciado. Para isso, é importante identificar características de solo, do relevo, do clima e da vegetação no local, onde se implantará a agrofloresta. Nessa identificação, a questão central é compreender o que os

<sup>5</sup> Tradução própria.

<sup>6</sup> Antes já haviam experiência do próprio Ernst Goestch, fundador da teoria e prático dela, em lugares do Brasil, com casos na Bahia e em Brasília (com Juã Pereira, agrônomo) os casos mais ilustres dessa realização no país.

processos vitais estão fazendo – e com que ferramentas – para incremento de fertilidade e diversidade. Este incremento é realizado de forma coordenada, cooperativa e sequencial pelos consórcios de seres vivos que ocorrem em cada espaço. Cada consórcio tem aptidão máxima para viver e melhorar o ambiente na etapa em que ocorre naturalmente, durante a jornada da vida em direção à maior fertilidade e biodiversidade. (STEENBOCK e VEZZANI, 2013, p. 91).

A ideia é a restauração do ambiente “natural” de floresta que é equilibrado e farto em alimento sem veneno, (re)equilibrando ao ambiente “originário” a partir do trabalho seminal de Ernst Goetsh<sup>7</sup>, que é referência no estudo de sistemas agroflorestais sucessionais.

A síntese da apreensão de campo da Agrofloresta Ernestista com apropriação e adaptação para o contexto brasileiro e da reforma agrária é a concepção dos Sistemas Agroflorestais de Nelson Correia e Namaste Messerdshimdt se fundamentam em alguns princípios elementares, técnicos (que são essência da Agrofloresta Ernestista). Os princípios técnicos: a) **retroalimentação natural do sistema (trofobiose)** que implica na perspectiva plena de usar uma vez insumos de fora e depois disso com o equilíbrio socioambiental este sistema se paga; b) **ferragem e cobertura de solo com capim** (napiê ou mombaça de preferência) para preservação de umidade no solo, proteção a radiação extrema e amenização das ervas daninhas; c) **sucessão natural dos tempos da horta e da floresta**, na noção de aceleração desses tempos de modo natural e sem insumos químicos, através do manejo e poda; d) **permacultura** que combina com a retroalimentação do sistema, mas compete com o conceito de manejo criativo de aproveitamento do potencial de toda a área; e e) que é o **uso intenso de tecnologia**, tratores (tratorito com sua multifuncionalidade) e maquinário (motosserra e roçadeira para juntar matéria orgânica), para o pequeno produtor com a intenção de facilitar o manejo agroflorestal.

Os princípios ideológicos/políticos (que são essência da Agrofloresta Ernestista/Nelsoniana adaptada para o conceito de Reforma Agrária): a) **inserção de mercado**, na alternância de produção de linhas lentas e rápidas, e no consórcio de horta, legumes, frutas e madeira, a ideia é inserir rapidamente o produtor no mercado através da horta e garantir a médio e longo prazo essa inserção com ganho de renda através das frutíferas e madeiras; b) **tecnologias sociais** elencando o manejo com custos baixíssimos já que tratamos com populações marginalizadas assentadas pela luta, atrelando captação de água e utilização de insumos naturais colaborando também com a noção de permacultura. Agrofloresta a partir desses pressupostos é perfeitamente plausível a aplicável a lotes de reforma agrária.

### **Reforma Agrária e Agroecologia: Mario Lago e as Cestas Agroflorestais**

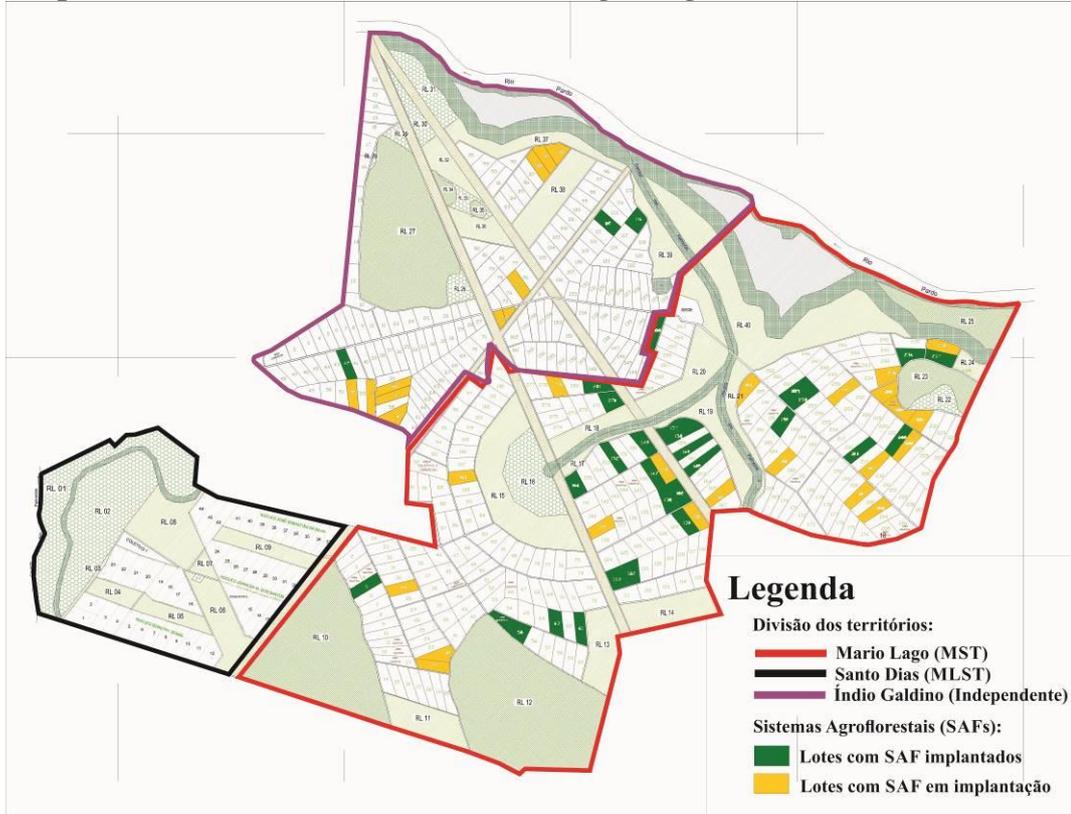
O Mapa 1 espacializa os territórios divididos pela luta e qualificados pela resistência em estratégias divergentes. A paisagem cada vez mais diversa no Mario Lago é direcionada pela vivência em Agrofloresta em lotes de aproximadamente 1,5 hectare de terra (15 mil metros quadrados), com implantação de 1 módulo (500 metros quadrados) por família pelo Projeto Agroflorestar II.

O Projeto Agroflorestar II desenvolvido a partir da cooperação do agrofloreteiro Nelson Correia e o agrônomo, Osvaldinho, junto a liderança do assentamento Mario Lago, Kelli Mafort, Vandei Lima, José “Paraguai” e Zaqueu Miguel, possibilitaram num período de quatro anos a concretização desta experiência que hoje alcança 60 lotes com projeto de implantação para mais 20, que estão na lista de espera. A partir disso criaram, além do PAA, um outro mercado alternativo na própria cidade de Ribeirão Preto, com as Cestas

<sup>7</sup> Disponível em: <http://agendagotsch.com/>.

Agroflorestais, cestas que recebem quantidades semanais entre 6 e 12 quilos de alimentos para famílias que são chamadas de parceiras. Totalizando já mais de 100 famílias assíduas nos pagamentos mensais.

**Mapa 1. PDS Fazenda da Barra, Mario Lago e Agrofloresteiros em 2015**



**Base Cartográfica:** Ministério Público Estadual.

**Autor:** Tiago Cubas.

A Figura 2 representa (na ordem cronológica) todo o processo de colheita a comercialização que acontecem todas as terças-feiras no Mario Lago.

**Figura 2. Cesta Agroflorestal: do SAF a mesa**



(1) colhendo, (2) levando, (3) limpando o barracão, (4) pesando os alimentos, (5) lavando, (6) organizando cestas pequenas e grandes, (7) carregando o caminhão e (8 e 9) levando aos pontos .  
**Crédito:** Tiago Cubas.

Na parte da tarde, logo as 13h, todos que fazem parte do grupo de preparação das cestas, para a preparação da cesta. São quatro etapas definidas para a elaboração: 1) lavagem cuidadosa do barracão (que por enquanto se faz no curral da antiga sede com chão cimentado); 2) pesagem dos alimentos por produtor para pagamento por proporcionalidade de investimento e produção entregue; 3) nova lavagem dos alimentos (uma vez que já foram lavados no lote) com água e cloro e separação por tipos (legumes, verduras e frutas); e 4) separação em cestas dividindo entre 10 a 12kg para cestas grandes e 6 a 8kg para cestas pequenas. Mais duas etapas de entrega: 1) carregamento do caminhão separando cestas grandes e pequenas para começar o itinerário religiosamente às 16h; e 2) entrega das cestas em pontos de encontro previamente definidos, sendo eles SMA (Secretaria do Meio Ambiente); Estação Luz (ONG), UGT (União Geral dos Trabalhadores) e uma Empresa de Advocacia próxima ao Ribeirão Shopping.

Os valores médios para as famílias nos meses de 2015, desde junho até dezembro, eram de 550 reais mensais por lote participante e que já vem entregando os alimentos. Para a primeira colheita e participação a média mensal é de 100 reais, pois a primeira colheita se dá entre o segundo e terceiro mês com hortaliças e a tendência na maturação do módulo de SAF é o aumento dos ganhos com frutíferas, reserva de madeira e leguminosas, entre outras a partir da diversidade da floresta. Esse incremento, somado ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), muito em razão do SAF, soma-se a alguns que ainda tem trabalho acessório para complemento de renda.

### **Palavras finais: a soberania Alimentar no mundo e no Brasil e o papel da agroecologia**

A partir do que já foi visto, de nossas experiências de campo e leitura queremos neste momento refletir um pouco sobre a soberania alimentar como soberania territorial a partir dos pequenos produtores. Aqui, implementou-se a revolução verde como modernização dolorosa, que tecnificou o campo e não fez reforma agrária, mas obtenção de terras pela pressão das lutas. Ou seja, as estruturas oligárquicas arcaicas permaneceram no contexto de domínio territorial (MARTINS, 2011). O latifúndio permaneceu forte e aparelhado a partir da era Democrática aparelhado no Estado, travestiu-se de *agribusiness* (década de 2000) e depois agronegócio (década de 2010) (CUBAS, 2012).

A *commodity* então é estabelecida como uma relação social dos latifundiários ruralistas para a sociedade. De um lado os produtores e de outro os consumidores, respectivamente a oferta e a demanda da produção e do consumo nas interfaces da utilização de energia, água e recursos financeiros e naturais.

Wittman (2011) fala da teoria sistema-mundo, questionando onde se situa o local nesse sistema e quais as relações de poder que estão envolvidas e involucradas na formação desse sistema-mundo. O sistema-mundo, sinteticamente para ela, é composto pelo *core*, ou o centro econômico-financeiro, na sua contraposição está a *periferia* onde os recursos naturais estão sendo (ou já foram) super-explorados, e a transição dessas relações são as *semi-periferias*, os lugares onde acontecem os dois processos ao mesmo tempo.

Bens agregados partem do fluxo “core” para “periferia”, e no fluxo contrário estão o fornecimento de mão-de-obra e matérias primas. Por isso as relações de comércio, as relações de exploração humana e do meio-ambiente, e a dívida ecológica são elementos importantes para apreender esse sistema-mundo. O capitalismo se desenvolve a custos dos recursos existentes (e dos que já existiram e se transformaram em produtos).

Quando os governos nacionais aderiram à OMC em 1995, eles abandonaram seus poderes para definir unilateralmente a sua própria comida e políticas agrícolas. As exigências da OMC causaram uma grande reestruturação baseada na segurança alimentar e programas de subsistência rurais dos países

em desenvolvimento, mas o principal efeito de trazer agricultura na OMC não era somente reformar a agricultura global em linha com racionalidades do mercado, mas agravar as já existentes oportunidades desiguais no sistema mundial de alimentos (WITTMAN, 2011, p. 90)<sup>8</sup>.

O *imperialismo ecológico* (ou ecocapitalismo) se estabelece como a nova forma de dominação do capital vinculada a necessidade das relações comerciais entre países do *core* com os países da *periferia*, isso através da imposição cultural e econômica no que tange ao modo de construir a paisagem, e também ao esgotamento das matérias primas em seus países. Nessa perspectiva, esse imperialismo se dá na invasão indiscriminada das terras e dos recursos dos países da *semi-periferia* e da *periferia* (WITTMAN, 2011). No Brasil, o agronegócio acumula os dados de produção incorporando os pequenos produtores e escamoteando sua ineficiência produtiva.

Por isso, essa é uma discussão que não pode ser formulada a partir da maneira capitalista de produzir no campo, de modo mais destacado, pelo que foi visto em relação a questão agrária brasileira e o papel do pequeno produtor camponês na produção de alimentos.

A soberania alimentar a partir do modo de produção camponês é uma alternativa para a segurança alimentar. As discussões de soberania alimentar têm que estar situadas nos âmbitos das comunidades locais e regionais comparando com o que se faz a nível global, se torna fundamental abrir essas discussões para as estratégias das diretrizes, menos imposições, isso poderia ocasionar oportunidade para quem deveria de fato falar, os agricultores, minimizando a subalternidade massiva contra os povos tradicionais e os movimentos socioterritoriais. A soberania alimentar para além da distribuição de alimentos se situa em dar qualidade à segurança alimentar, espacializar a distribuição nutritiva e equitativa dos alimentos, com pressuposto no olhar essencial para como se realizam e como podem se realizar os processos sociais e culturais. Por isso o conceito de soberania alimentar implica em entender a lógica produção-consumo que passa por valores sociais, culturais e ambientais.

É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, [...] enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a idéia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

Segurança é pontual no direito de se alimentar, não importa a origem e o processo, a soberania é territorial, é controle “nativo” da comida produzida pelo povo e para o povo. A soberania alimentar é um conceito que vem da sociedade civil, é o poder legitimamente emanando de baixo, esse conceito engloba bases econômicas, sociais e ambientais. Os processos são aí fundamentais para entendermos como se produz alimentos e energia de modo equilibrado vislumbrando desenvolvimento social.

Para concluir, a experiência e rede de Solidariedade de Agroflorestas que começam a partir de Goetsh no Brasil, tem sido incorporadas pelo MST por meio de Nelson Correia e Nasmaste Messerdschmidt, territorializadas em redes de solidariedade e são a verdadeira expressão de um projeto alternativo ao agronegócio, porque além da produção limpa social e

---

<sup>8</sup> Tradução própria.

ambientalmente, “está livre dos controles externos de multinacionais, como acontece no agronegócio. As sementes são patrimônio da humanidade e os produtores tem direito de usá-la” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 197). Finalmente, aquele país que não tem soberania sobre suas sementes e produção não tem soberania alimentar, a agroecologia propõe este caminho, a Agrofloresta Ernestista concretiza no real esse novo mundo.

## REFERÊNCIAS

CUBAS, Tiago. **São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no DATALUTA** Jornal de 1988 a 2010. Revista NERA. Ano 16, número 23, p. 60-80. Presidente Prudente: NERA. 2014

ELIAS, Denise. **Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 13, p. 153-170, 2011.

IBGE SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: março de 2016.

MACHADO, Luiz Carlos e MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular. 2014.

MARIGHELLA, Carlos. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**. Rio de Janeiro: FDR Revista Estudos Sociais. 1958. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1hYGx6yBWXdPogpeMdmj3YWo3TpIdE8JELABlytcPgAY/edit>.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. **Livro 3: O processo Global de Produção Capitalista**. In: O Capital: Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Santana. São Paulo: Civilização Brasileira. 1974 [1894].

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. São Paulo: Terra Livre. 2003.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro**. Fortaleza (UFC): MERCATOR, v.10, n. 23, p. 111-128. 2011.

STEENBOCK, Walter e VEZZAMO, Fabiane Machado. **Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza**. Curitiba: Vezzani. 2013.

THOMAZ JR., Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar** (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). Revista Geocrítica (Versão resumida). Barcelona, 2007.

WITTMAN, Hannah. **Food Sovereignty: a new rights framework for Food and Nature?** Vancouver: Environment and Society: Advances in Research.p. 87-115. 2011.